



Abuso sexual na infância e a teoria da personalidade de Carl Rogers

Childhood sexual abuse and Carl Rogers' personality theory

El abuso sexual em la infancia y la teoría de la personalidad de Carl Rogers

Patrícia Regina Bueno Incerpe



Pós-Graduação Ciências Médicas de Minas Gerais

Eberson dos Santos Andrade



Pós-Graduação Ciências Médicas de Minas Gerais

Elizabeth B. V. Brisola



Pós-Graduação Ciências Médicas de Minas Gerais

RESUMO

Este artigo teórico objetivou compreender o desenvolvimento da personalidade de crianças que sofreram abuso sexual na infância, à luz da Teoria da Personalidade de Carl Rogers. Enquanto estratégia metodológica e ilustradora, foi utilizada uma narrativa ficcional, construída a partir da experiência de um dos autores ao atender este público. Foram discutidos os seguintes elementos significativos da experiência: a ambiguidade afetiva, o brincar e o segredo compactuado, a formação da percepção de mundo da criança, o processo de incongruência, a responsabilização da vítima pelo irmão e a relação psicoterápica. Concluiu-se que situações de violência geram impactos significativos no desenvolvimento da personalidade, no entanto, relações facilitadoras e desprovidas de ameaças podem facilitar a ressignificação das experiências vividas e a retomada do desenvolvimento emocional. Torna-se imprescindível que outras pesquisas sejam realizadas para ampliar o desenvolvimento dessa compreensão em relação ao abuso sexual e o papel do psicólogo diante deste fenômeno.

Palavras-chave: Abuso Sexual, Teoria da Personalidade, Terapia Centrada no Cliente.

ABSTRACT

This theoretical article aimed to understand the personality development of children who have suffered sexual abuse in childhood, in the light of Carl Rogers' Personality Theory. As a methodological and illustrative strategy, a fictional narrative was used, constructed from the experience of one of the authors in dealing with this public. The following significant elements of the experience were discussed: affective ambiguity, play and shared secrecy, the development of a child's perception of the world, the process of incongruence, the victim's sense of responsibility for a sibling and the psychotherapeutic relationship. It was concluded that situations of violence have a significant impact on personality development; however, relationships that are facilitating and devoid of threats can make it easier to resignify experiences and resume emotional development. It is essential that further research is carried out to develop this understanding of sexual abuse and the role of psychologists in dealing with this phenomenon.

Keywords: Sexual Abuse, Personality Theory, Client-Centered Therapy.

RESUMEM

Este artículo teórico tiene como objetivo comprender el desarrollo de la personalidad de niños que han sufrido abuso

sexual en la infancia, a la luz de la Teoría de la Personalidad de Carl Rogers. Como estrategia metodológica e ilustrativa, se utilizó una narrativa ficcional, construida a partir de la experiencia de una de las autoras en el trato con ese público. Se discutieron los siguientes elementos significativos de la experiencia: la ambigüedad afectiva, el juego y el secreto compartido, la formación de la percepción del mundo por el niño, el proceso de incongruencia, la responsabilidad de la víctima por el hermano y la relación psicoterapéutica. Se concluyó que las situaciones de violencia tienen un impacto significativo en el desarrollo de la personalidad; sin embargo, facilitar las relaciones desprovistas de amenazas puede facilitar la resignificación de las experiencias y la reanudación del desarrollo emocional. Es esencial que se lleven a cabo más investigaciones para desarrollar esta comprensión del abuso sexual y el papel de los psicólogos en el tratamiento de este fenómeno.

Palavras-clave: *Abuso sexual, Teoría de la personalidad, Terapia centrada en el cliente.*

INTRODUÇÃO

O abuso sexual na infância (ASI) é considerado uma forma de violência que acontece dentro ou fora do contexto familiar, podendo o autor ser conhecido ou desconhecido. O fenômeno consiste numa relação não consensual marcada pela desigualdade de poder, na qual o autor exerce um controle sobre a criança ou adolescente. Esse tipo de abuso pode ser caracterizado como: (1) todo ato de natureza erótica; (2) com ou sem contato físico; (3) com ou sem uso de força e (4) entre um adulto ou adolescente mais velho e uma criança ou adolescente (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos [MMFDH], 2021).

A violência sexual na infância se caracteriza como a violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, podendo acontecer na forma de exploração sexual ou abuso sexual. A exploração sexual refere-se à utilização de crianças e adolescentes para fins sexuais com a intenção de obter lucro ou bens materiais. Pode acontecer por meio da prostituição, da pornografia, do tráfico e do turismo sexual (Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2013; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2015).

O abuso sexual, aqui em foco, é uma forma de violação sexual “praticada por um adulto ou alguém mais velho em relação a uma criança ou a um adolescente, com o intuito de satisfazer-se sexualmente, valendo-se de poder ou autoridade” (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2015, p. 9). Pode acontecer (1) sem contato físico – através de palavras ou telefonemas obscenos, voyeurismo, exposição dos órgãos sexuais (exibicionismo) e à pornografia e (2) com contato físico - carícias, manipulação dos órgãos sexuais, sexo oral, vaginal ou anal (Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde, 2007; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2015).

O Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que integra o Disque 100 (Disque Direitos Humanos), o Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) e o aplicativo Direitos Humanos Brasil, revela que no ano de 2021, o total de denúncias de violência contra crianças e adolescentes, chegou a 100.940, sendo que 17.600 eram situações de abuso sexual. Apenas no mês de janeiro de 2022, por exemplo, foram realizadas 6.719 denúncias de violência contra crianças e adolescentes, o maior número registrado entre os grupos vulneráveis, entre as quais 1.374 eram casos de abuso sexual (MMFDH, 2022).

Entende-se que o ASI é considerado um importante fator de risco para complicações físicas, psicológicas, sexuais e sociais na vida adulta. Pesquisas contemporâneas destacam as repercussões para a saúde mental das vítimas, que podem apresentar baixa autoestima, depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), dificuldade para dormir, transtorno de personalidade borderline, autolesão, comportamento suicida, transtorno psicótico e alucinações auditivas (Platt, Back, Hauschild & Guedert, 2018; Pulverman, Kilimnik & Meston, 2018; Hailes, Yu, Danese & Fazel, 2019; Cruz et al., 2021).

Alguns artigos brasileiros buscam compreender o contexto e a dinâmica do abuso sexual, com enfoque nos sintomas psicopatológicos e nas alterações cognitivas, emocionais e comportamentais das vítimas, utilizando-se de instrumentos de avaliação psicológica, como entrevistas semi-estruturadas, escalas e inventários (Borges & DellAglio, 2008; Habigzang, Corte, Hatzenberger, Stroehrer & Koller, 2008; Schaefer, Rossetto & Kristensen, 2012). No que se refere especificamente às abordagens teóricas, estudos orientados pela Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) entendem que o abuso sexual está relacionado ao desencadeamento e manutenção de sintomas psicopatológicos, portanto, as intervenções têm como objetivo reduzir os sintomas comuns em vítimas, tais como depressão, ansiedade e TEPT (Habigzang, 2006; Gonçalves & Silva, 2018; Schneider & Habigzang, 2016). Por sua vez, a teoria psicanalítica compreende que vivências concretas de experiências sexuais abusivas são situações traumáticas, podendo gerar dificuldades graves nas relações primárias, experiências ansiogênicas e o estabelecimento de um funcionamento psíquico desorganizado, resultando em falhas estruturais no aparelho psíquico (Faiman, 2003; Malgarim, Benetti, 2010).

O presente artigo teórico objetivou compreender o desenvolvimento da personalidade de crianças que vivenciaram abuso sexual na infância em outra luz, da Teoria da Personalidade de Carl Rogers, psicólogo norte-americano que desenvolveu a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP). Pretendeu-se contribuir para uma descrição e compreensão da experiência vivida por crianças que passaram por situações de abuso, pensando nas seguintes questões: como ocorre o desenvolvimento da personalidade dessa criança? Existe a possibilidade de reorganização da personalidade? Qual seria o papel da psicoterapia? Essas são algumas das inquietações que este artigo buscou compreender.

A TEORIA DA PERSONALIDADE DE CARL ROGERS

Carl Rogers foi um psicólogo norte americano, que desenvolveu a Terapia Centrada no Cliente, mais tarde conhecida como Abordagem Centrada na Pessoa (ACP). A tendência atualizante é um postulado central na obra de Rogers e corresponde à seguinte proposição: “todo organismo é movido por uma tendência inerente para desenvolver todas as suas potencialidades e para desenvolvê-las de maneira a favorecer sua conservação e seu enriquecimento” (Rogers & Kinget, 1977, p. 159). Em seu livro, *Um jeito de Ser*, Rogers (1980) afirma que “os indivíduos possuem dentro de si vastos recursos para a autocompreensão e para modificação de seus autoconceitos, de suas atitudes e de seu comportamento autônomo” (p. 38).

Esses recursos podem ser desenvolvidos a partir de um clima oferecido pelo psicólogo, baseado em três atitudes psicológicas facilitadoras: consideração positiva incondicional, compreensão empática e congruência ou autenticidade (Rogers, 2018/1980). A relação deve envolver

[...] uma transparência de minha parte, onde meus sentimentos reais se mostram evidentes; por uma aceitação desta outra pessoa como uma pessoa separada com valor por seu próprio mérito; e por uma compreensão empática profunda que me possibilita ver seu mundo particular através de seus olhos. (Rogers, 1961/2009, p. 39).

Tendo em vista a hipótese central da tendência atualizante, as atitudes facilitadoras e apoiado em sua experiência clínica enquanto terapeuta, Rogers desenvolveu sua teoria da personalidade, sob o referencial centrado no cliente. O autor descreve, num primeiro momento, as características da criança: (1) a experiência percebida é sua realidade; (2) possui uma tendência para atualizar suas potencialidades; (3) se move em função desta tendência a fim de satisfazer suas necessidades; (4) se comporta como uma

totalidade; (5) a tendência atualizante serve de critério para avaliação organísmica das suas experiências e (6) busca experiências que percebe como positivas e evita experiências percebidas como negativas (Rogers & Kinget, 1977). Portanto, “a criança vive num meio que, do ponto de vista psicológico, existe somente para ela: num mundo de sua própria criação” (Rogers & Kinget, 1977, p. 196).

A partir de um segmento da tendência à atualização, a tendência à diferenciação, uma parte das experiências se distingue e é simbolizada pela consciência. Esse segmento da experiência, corresponde à consciência de existir no mundo e pode ser chamado de experiência do eu. Por meio da interação da criança com o mundo externo, essa consciência se amplia e se organiza, formando a noção de eu, definida como “uma estrutura perceptual, isto é, um conjunto organizado e mutável de percepções relativas ao próprio indivíduo”. (Rogers & Kinget, 1977, p. 44). Essa estrutura inclui as características, atributos, qualidades e defeitos, capacidades e limites, valores e relações que a pessoa reconhece como sendo descritivos de si mesmo.

Com o desenvolvimento da noção de eu, a criança passa a experimentar uma necessidade de consideração positiva, ou seja, a necessidade de aceitação, amor e aprovação das outras pessoas. Nesse processo, a consideração positiva advinda de pessoas-critério, pode ser tão importante, ao ponto de se tornar uma direção mais forte do que o próprio processo de avaliação organísmica da criança. Dessa forma, ela pode agir de acordo com o que é esperado por essas pessoas, e distanciar-se da sua tendência à atualização (Rogers & Kinget, 1977).

Aos poucos, essa consideração positiva que provém de outras pessoas, torna-se consideração positiva de si, isto é, a criança passa a sentir consideração por si mesma, independente da aprovação das outras pessoas. “Torna-se sua própria pessoa critério” (Rogers & Kinget, 1977, p. 199).

Quando a experiência de si é avaliada por uma pessoa-critério como digna ou não de consideração positiva, a criança desenvolve um modo de avaliação condicional. Em outras palavras, o comportamento da criança deixa de ser guiado pela percepção das suas experiências como agradáveis ou desagradáveis, de acordo com a sua tendência atualizante, e passa a ser guiado pela necessidade de amor e aprovação. Esta atitude deixa de acontecer em relação apenas a experiências particulares e se estende à sua personalidade total (Rogers & Kinget, 1977).

Em consequência, tende a atribuir um valor positivo a certos comportamentos que, no nível “organísmico”, não sente como verdadeiramente positivos, isto é, como próprios de uma necessidade real, vivida, de se manter e de se valorizar. Tende, igualmente, a atribuir um valor negativo a certos comportamentos que experimenta de fato como agradáveis e de acordo com sua necessidade de atualização. (Rogers & Kinget, 1977, p. 200).

Por conta da avaliação condicional, a criança passa a simbolizar na consciência apenas as experiências que concordam com as condições que ela se submeteu para ser aprovada pelos outros. As experiências que não concordam são deformadas ou interceptadas. A partir disso, a criança perde o estado de integração próprio da infância e desenvolve um estado de incongruência ou desacordo entre o eu e a experiência (Rogers & Kinget, 1977).

O desacordo entre o eu e a experiência tem como consequência comportamentos contraditórios. Os comportamentos que estão de acordo com a noção de eu são corretamente simbolizados e os comportamentos que estão de acordo com a experiência são percebidos como estranhos ao eu ou são deformados pela consciência, para que possam estar de acordo com a noção de eu (Rogers & Kinget, 1977).

As experiências que não estão de acordo com o eu ou com o processo de avaliação são reconhecidas no nível da subcepção (anterior à simbolização) como ameaçadoras. Essas experiências, por meio do processo de defesa, não são simbolizadas, pois mudariam a noção de eu construída, violariam as condições de avaliação e frustrariam a necessidade de consideração de si (Rogers & Kinget, 1977).

O processo descrito até agora refere-se a todas as pessoas, porém Rogers e Kinget (1977) acrescentam outras duas situações. A primeira delas aponta que no caso de uma experiência crítica, em que o desacordo entre o eu e a experiência seja desvelado, o processo de defesa não conseguirá cumprir o seu papel e a experiência será corretamente simbolizada. Porém, por não estar de acordo com o eu, essa experiência levará a um estado de desorganização psíquica.

Neste estado de desorganização, o indivíduo manifesta frequentemente um comportamento estranho e instável, determinado algumas vezes, por experiências que fazem parte da estrutura do eu e, outras vezes, por experiências que não fazem parte dela. Em certos momentos, o comportamento é determinado pelo “organismo”, expressando abertamente as experiências previamente deformadas ou negadas pelo processo de defesa; em outros momentos, o eu se recupera temporariamente e impõe ao “organismo” um comportamento de acordo com a estrutura do eu. Sob condições de desorganização, a tensão e o conflito entre a estrutura do eu (com suas lacunas e deformações experienciais) e as experiências incorretamente simbolizadas, ou assimiladas à estrutura do eu, conduzem a uma luta constante que se traduz por um comportamento incongruente, instável. (Rogers & Kinget, 1977, p. 204).

A segunda situação aponta uma possibilidade de reintegração da personalidade, proporcionado pela terapeuta, a partir das atitudes facilitadoras. A experiência ameaçadora passa a ser integrada à estrutura do eu e conduz a um acordo entre o eu e a experiência. Para que isso aconteça é necessário que (1) a pessoa avalie a sua experiência de modo menos condicional e (2) a consideração positiva incondicional de si aumente. A atitude de consideração positiva incondicional e a compreensão empática contribuem para redução das condições de avaliação e aumento da consideração positiva de si. Dessa forma, o processo de defesa se dissolve, as experiências antes consideradas ameaçadoras passam a ser simbolizadas corretamente e são integradas à estrutura do eu, permitindo um funcionamento mais saudável (Rogers & Kinget, 1977).

Procedimentos metodológicos

Trata-se de um artigo teórico que buscou compreender o desenvolvimento da personalidade de crianças que vivenciaram abuso sexual, à luz da Teoria da Personalidade de Carl Rogers. Para isso, enquanto estratégia metodológica e ilustradora, lançamos mão de uma narrativa ficcional (Tostes & Cury, 2022), construída a partir da experiência de um dos autores, ao atender este público em um Serviço de Acolhimento Institucional, modalidade Casa de Passagem. A narrativa foi escrita com base em fragmentos de experiências reais, mas que devem ser compreendidas como ficcionais, pois não se referem apenas a uma pessoa, resguardando qualquer tipo de identificação pessoal (Reigota, 1999).

Contexto

De acordo com Davidson (2003) a experiência vivida pelas pessoas não pode ser tomada como verdade universal e atemporal sobre um determinado fenômeno. Desse modo, compreendeu-se a importância de

apresentar o contexto histórico e social no qual o autor estava inserido ao escrever a narrativa sobre a experiência vivida por crianças abusadas sexualmente na infância.

A Casa de Passagem tem como característica ser um serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar até que sejam viabilizados seu retorno à família ou, na sua impossibilidade, outros encaminhamentos (Brasil, 2009). A medida de proteção de afastamento é aplicável a este público quando os direitos reconhecidos na lei são ameaçados ou violados. Dentre as violações de direitos previstas, podemos citar: violência física, violência psicológica, negligência, abandono e abuso sexual, sendo essa última pertencente ao universo deste estudo (Brasil, 2009).

Este serviço funciona como porta de entrada, durante 24h, em regime de plantão, no qual uma equipe multiprofissional e especializada deve analisar o caso com fins de apontar diagnóstico psicossocial, que avalia a situação antes de efetivar o acolhimento de longa permanência, podendo evitá-lo e promover outros encaminhamentos (Gulassa, 2010).

Questões Éticas

De acordo com o art. 1º da Resolução nº 510 do Conselho Nacional de Saúde, que determina diretrizes éticas específicas para pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais, o presente trabalho não foi avaliado pelo sistema CEP/CONEP, pois caracterizou-se como uma pesquisa que objetivou o aprofundamento teórico de situações que emergem espontaneamente da prática profissional, não revelando dados que possam identificar o sujeito (Brasil, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Narrativa Ficcional

Sobre Super-Heróis e Vilões

Era setembro e o sol havia acabado de se pôr. Lucas, de seis anos, e seu irmão, Enzo, de três, brincavam livremente na brinquedoteca do serviço de acolhimento institucional. Lucas corria de um lado para outro com uma capa azul amarrada ao pescoço. Por meio do faz de conta, ele era o super-herói que estava disposto a salvar o irmão de um grande vilão. Enzo gritava por socorro, enquanto ria do irmão, que já sem ar, parava por um momento para respirar. Conseguir com que a capa voasse era uma tarefa árdua, não é mesmo? O super-herói tinha consigo um companheiro de batalha: o Marvin, um cachorrinho muito valente que adorava uma aventura. Tratava-se de um fantoche do serviço.

À medida que Renan, o psicólogo da instituição, aproximava-se, Lucas, com a língua para fora, numa tentativa de respirar mais livremente, convida-o para a brincadeira. Renan, então, tornou-se mais uma vítima do vilão que atormentava a cidade. Foi salvo, no entanto, pelo super-herói. Durante a brincadeira, Lucas sugere que se dê continuidade a ela na sala de atendimento. Renan não tinha planejado atendê-lo naquele dia, como das outras vezes, mas algo em seu corpo sinalizou que ele deveria fazê-lo. Então, pensou em possibilidades, visto que a sala em si era muito pequena, com espaço limitado para um super-herói que voa.

No entanto, surpreendentemente, ao adentrar à sala, Lucas deixou a capa azul. A tirou, como se pudesse, enfim, ser ele mesmo. O profissional apontou para tal atitude e Lucas verbalizou: “é, o super-herói ficou lá fora. Ele tem que proteger o Enzo”. De fato, Lucas sempre se mostrou muito preocupado e cuidadoso com o irmão, responsabilizando-se, muitas vezes, por ele.

Sem a continuidade desta brincadeira, o psicólogo precisava de “uma carta na manga” e perguntou à criança o que fariam, juntos. Lucas, ao ver papel e lápis de cor sob a mesa, sempre disponíveis naquele local, começou a desenhar. O profissional então o acompanhou. Diferentemente dos outros atendimentos, nos quais Lucas se mostrava retraído e sem contato visual, como se aquele espaço fosse ameaçador para ele, desta vez, apresentava-se inquieto, como se não estivesse dando conta do próprio corpo. Este por sua vez, sinalizava que algo estava prestes a acontecer..

Lucas desenhou um homem e sinalizou que era seu pai. Ao ser abordada a relação com ele, Lucas fala brevemente sobre o assunto, evidenciando sentimentos ambivalentes em relação ao genitor. Esta ambivalência já havia sido observada durante a - única - visita que tivera do pai, na primeira semana do abrigo. Naquela ocasião, ao ser questionado, Lucas demonstrou o desejo em vê-lo. No entanto, durante o encontro monitorado, a criança sentou-se longe do mesmo, esquivou-se do contato físico e se voltou constantemente para o psicólogo, como se estivesse desconfortável com a situação. O profissional, então, ofertou a possibilidade de encerrar o encontro. Lucas, aparentemente inseguro, olha para o pai, que verbalizou, em tom de intimidação: “ele quer ficar um pouco mais com o pai dele, né?”. Lucas respirou profundamente, enquanto mordida os lábios, e olhava para o psicólogo, com os olhos marejados. O profissional, então, encerrou a visita.

Lucas deixou a sala com a voz do pai em seu ouvido: “não precisa chorar. O pai vai voltar. Lembra que eu sou tudo que vocês têm. Eu amo vocês”. De fato, Lucas e Enzo não tinham muitos por eles, mas tal verbalização soou de outra forma, naquele contexto relacional. Era coercitiva. Além disso, antes da saída da criança, o pai olhou enfaticamente para Lucas e beijou seus dois dedos (indicador e médio), sujos do trabalho. O profissional só pôde entender o significado deste sinal posteriormente. Nesta mesma noite, Lucas teve novo episódio de enurese noturna, além de pesadelos. Acordou chorando compulsivamente e foi acolhido por uma das profissionais da instituição.

Agora no presente atendimento com o psicólogo, Lucas, falando sobre o pai, verbalizou, como nunca tinha feito antes, sobre suas experiências de violência sexual. E era isso que o corpo, inquieto, queria trazer à tona. Tais experiências eram novidade para o psicólogo, afinal o motivo do acolhimento institucional dos irmãos referia-se à negligência. Inicialmente, Lucas verbalizou, desassossegado, sobre os momentos em que dormia na casa do genitor e que, com isso, “sentava no brinquedo do pai”, apontando para a região genital. Esse brinquedo, que ganhava outras denominações referentes ao universo infantil, também soltava “balas com explosão de sabores”, relatando que o pai as colocava em sua boca.

No seu desenho, havia uma ilustração do pai, dele próprio e de seu “bumbum”, demonstrando, com o desenho, que o pai tocava suas partes íntimas. Lucas narrava tais vivências com muita energia, enquanto o profissional o acompanhava e o escutava, de forma sensível. Em certo momento, quando parecia estar esvaziado de palavras e movimentos, verbalizou: “esse é o nosso segredo, tá?”, beijando os dois dedos (indicador e médio). Depois disso, relatou que queria ver o irmão, isto é, queria encerrar o atendimento.

Ao sair da sala, Lucas vestiu a capa azul e encontrou uma das profissionais da instituição no corredor, a qual perguntou, despreziosamente, sobre o que estavam conversando. Ele prontamente, respondeu: “a gente tava conversando sobre super-heróis e vilões”, correndo com a capa ao vento. Esta, por sua vez, parecia voar mais facilmente agora. O psicólogo, impactado com o que havia emergido da relação intersubjetiva, discutiu o caso em supervisão institucional e, por se tratar de violação de direitos, escreveu relatório técnico à equipe da Vara da Infância e Juventude que acompanhava o caso.

Duas semanas depois, Lucas e seu irmãos foram transferidos para outro serviço de acolhimento institucional – de longa permanência. Em preparação, psicólogo e Marvin, o fantoche/cachorrinho valente,

tiveram alguns encontros com os irmãos. Antes de se despedir, Lucas perguntou para o fantoche Marvin se, para onde iriam, ele poderia usar sua capa azul e tirar quando quisesse.

Uma tentativa de compreensão do abuso sexual na infância e o desenvolvimento da personalidade

A partir da narrativa ficcional e da Teoria da Personalidade de Carl Rogers explicitadas acima, buscamos compreender alguns aspectos do desenvolvimento da personalidade de crianças que vivenciaram abuso sexual em sua história de vida. A construção da narrativa com base em fragmentos de experiências reais possibilitou uma aproximação com elementos significativos da experiência vivida por crianças nesta condição. Como a narrativa foi construída pensando metaforicamente na história de super-heróis e vilões, fizemos uma aproximação da experiência de Lucas a partir dessa linguagem lúdica. Para isso, foram retomados pequenos excertos da narrativa como ilustração.

De forma geral, experiências traumáticas em fases precoces do desenvolvimento humano, tal como o ASI, surgem como perturbações, dificuldades e conflitos que podem atuar como indicadores a desestruturar o ciclo de vida, isto é, leva a impactos significativos no desenvolvimento da personalidade de quem as vivenciam (Porcino, Dantas, Oliveira, Pereira & Caiana, 2019). Os mesmos autores, em revisão sistemática sobre o ASI e o terror noturno, destacam que os sinais manifestados pela criança vítima desse tipo de violência perpassam por mudanças comportamentais, distúrbios do sono, trauma emocional, choro constante e tristeza, e têm, como consequências, impactos importantes à saúde integral dessa criança, por meio de perturbações físicas, psicológicas e sociais. Partindo da narrativa ficcional, notou-se que o personagem Lucas expressava, em seu jeito de ser, comportamentos que sinalizavam a agressão vivenciada, tal como regressão (enurese noturna), distúrbios do sono (pesadelos), negligência (motivo do acolhimento institucional), choro, medo constante, culpa e rejeição à presença do agressor.

O meu pai é meu herói ou um vilão?

Na experiência de Lucas, uma parte dele dizia que o pai o amava e o protegia e a outra dizia que o genitor destruiria seu eu existencial. Ele vivia essa contradição: por um lado, meu pai me ama, fará de tudo para me proteger e salvar, então é meu herói. Por outro lado, ele faz coisas que são estranhas e que me machucam, então será que na verdade ele é um vilão?

Ao ser abordada a relação com o mesmo, Lucas fala brevemente sobre o assunto, evidenciando sentimentos ambivalentes em relação ao genitor. Esta ambivalência já havia sido observada durante a - única - visita que tivera do pai, na primeira semana do abrigo. (Trecho da narrativa ficcional)

Um elemento significativo da experiência de crianças abusadas sexualmente refere-se à ambiguidade afetiva vivenciada subjetivamente, sobretudo no que refere ao agressor (Cunha & Dutra, 2019; Inoue, 2007; Lira et al., 2017). No processo de desenvolvimento da personalidade, a criança passa a experimentar uma necessidade de consideração positiva das outras pessoas. Levando em conta que o abuso sexual infantil ocorre com mais frequência nos espaços domésticos, a criança vivencia relações afetivas ambíguas com os pais e/ou cuidadores, ou seja, uma simultaneidade de afetos positivos e negativos que coexistem experiencialmente (Inoue, 2007).

O afeto, amor e carinho oferecidos pelo(a) autor(a) do abuso são acompanhados por situações abusivas, rompendo o imaginário da família como um espaço seguro (Lira et al., 2017). Nas palavras de Cunha e Dutra (2019, p. 106), “o ambiente familiar aparece marcado pela ambiguidade, uma vez que se configura como um espaço de insegurança e de proteção”.

O vilão me convida para algo: é uma brincadeira ou uma armadilha?

Lucas foi convidado pelo adulto para “brincar”, porém ainda não conseguia compreender do que se tratava. Parecia ser uma brincadeira, pois o pai utilizava de uma linguagem lúdica, que chamava a atenção e fazia parte do seu mundo. Era algo divertido e conhecido. Por outro lado, essa brincadeira era diferente de todas as outras, às vezes machucava e o pai pedia que ele guardasse segredo. É como se uma parte dele soubesse que havia algo errado. No trecho abaixo, vemos os momentos em que o pai transformou o abuso em brincadeira e pediu silêncio ao filho:

Lucas verbalizou, desassossegado, sobre os momentos em que dormia na casa do genitor e que, com isso, “sentava no brinquedo do pai”, apontando para a região genital. Esse brinquedo, que ganhava outras denominações referentes ao universo infantil, também soltava “balas com explosão de sabores”, relatando que o pai as colocava em sua boca. (Trecho da narrativa ficcional)

Além disso, antes da saída da criança, o pai olhou enfaticamente para Lucas e beijou seus dois dedos (indicador e médio), sujos do trabalho. O profissional só pôde entender o significado deste sinal posteriormente. [...] Em certo momento, quando parecia estar esvaziado de palavras e movimentos, verbalizou: “esse é o nosso segredo, tá?”, beijando os dois dedos (indicador e médio). (Trechos da narrativa ficcional)

Os(as) autores(as) do abuso utilizam barganhas ou ameaças enquanto recursos para garantir o segredo dos agressores, como o beijo dos dedos, no caso de Lucas. Eles(as) costumam tirar proveito de situações em que estão a sós com a criança, geralmente vistas como demonstração de cuidado e carinho, utilizando da fantasia e do lúdico. Valem-se de situações características da infância, como as brincadeiras, para praticar os abusos sexuais, impedindo que a criança possa reconhecer imediatamente a violência (Fornari et al., 2018).

A experiência de sofrer abuso na infância reflete diretamente no ato de brincar, que é uma das formas que as crianças experienciam o mundo em que vivem (Fornari et al., 2018). O adulto transforma uma situação de abuso sexual em “brincadeira” para que se torne algo velado e aceito socialmente, pois a criança ainda não consegue compreender efetivamente do que se trata. Ela vive a experiência como um momento característico da infância, e confia no convite do adulto para “brincar”. Muitas vezes, essa experiência pode demorar anos para ser corretamente simbolizada, ou seja, para que a criança (ou adulto) compreenda que se tratava de um abuso sexual.

O mundo é ameaçador e cheio de vilões

Lucas percebeu que havia algo estranho na relação com o pai e começou a se perguntar se todas as pessoas eram assim. Será que os outros também irão me tratar da mesma forma? Será que o mundo é um lugar “ruim”? Será que isso é culpa minha? Como irei confiar nas pessoas novamente? Como podemos ver no trecho abaixo, inicialmente ele apresentou dificuldade para estabelecer uma relação com o terapeuta.

Diferentemente dos outros atendimentos, nos quais Lucas se mostrava retraído e sem contato visual, como se aquele espaço fosse ameaçador para ele, desta vez, apresentava-se inquieto, como se não estivesse dando conta do próprio corpo. (Trecho da narrativa ficcional).

A percepção de mundo das crianças vítimas de ASI é marcada por situações de violência física e psicológica, ameaça, abandono e negligência, que contribuem para um desenvolvimento do eu carregados de culpa, sofrimento, dor e percepções distorcidas acerca de si mesmas (Mello & Dutra, 2008). Geralmente, percebem o mundo como ameaçador e podem sentir medo constante, desamparo, tensão, raiva e mágoa (Sanderson, 2005). Além disso, podem desenvolver perda de confiança nas pessoas em geral e credibilidade dos outros. Como viveram situações difíceis durante a infância, podem sentir que todas as pessoas, não só o autor do abuso, representam uma ameaça e são indignas de confiança (Florentino, 2015; Habigzang et al., 2008).

Puxando o cabo de guerra: quanto mais me aproximo do vilão, mais me afasto de mim

No caso de Lucas, o desacordo entre o eu e a experiência (incongruência) teve como consequência comportamentos contraditórios. Os comportamentos que estavam de acordo com a noção de eu foram corretamente simbolizados, ou seja, aqueles que indicavam amor e afeto pelo genitor, uma pessoa-critério, como quando o menino manifestou o desejo pela visita do pai. Entretanto, durante tal encontro, sentou-se longe do mesmo, esquivou-se do contato físico e se voltou constantemente para o psicólogo, demonstrando desconforto. A criança ainda teve um episódio de enurese noturna, além de pesadelos e choros. Esses comportamentos estavam de acordo com a experiência organísmica e foram percebidos como estranhos ao eu ou deformados pela consciência. Como vemos nos trechos abaixo, ele vivenciou uma experiência mais ou menos assim: aceito a visita do meu pai, mas, ao mesmo tempo, rejeito a sua presença.

Naquela ocasião, ao ser questionado, Lucas demonstrou o desejo em vê-lo. No entanto, durante o encontro monitorado, a criança sentou-se longe do mesmo, esquivou-se do contato físico e se voltou constantemente para o psicólogo, como se estivesse desconfortável com a situação. O profissional, então, ofertou a possibilidade de encerrar o encontro. Lucas, aparentemente inseguro, olha para o pai, que verbalizou, em tom de intimidação: “ele quer ficar um pouco mais com o pai dele, né?”. Lucas respirou profundamente, enquanto mordida os lábios, e olhava para o psicólogo, com os olhos marejados. O profissional, então, encerrou a visita. [...] Nesta mesma noite, Lucas teve novo episódio de enurese noturna, além de pesadelos. Acordou chorando compulsivamente e foi acolhido por uma das profissionais da instituição. (Trechos da narrativa ficcional)

Quando a experiência de si é avaliada por uma pessoa-critério como não digna de consideração positiva, a criança desenvolve um modo de avaliação condicional. No caso de Lucas, compreendeu-se que o(a) autor(a) do abuso era uma pessoa-critério e a criança passou a guiar o seu comportamento pela necessidade de amor e aprovação, afastando-se da sua experiência organísmica (Rogers & Kinget, 1977).

O herói que precisa salvar e ser salvo

Apesar de vivenciar uma situação de violência e precisar “ser salvo” por alguém, Lucas também assumiu o papel de super-herói, com a finalidade de desempenhar uma função protetora e compensatória em relação ao eu existencial do irmão. Isso pode ser visto no seguinte trecho:

Lucas corria de um lado para outro com uma capa azul amarrada ao pescoço. Por meio do faz de conta, ele era o super-herói que estava disposto a salvar o irmão de um grande vilão. [...] No entanto, surpreendentemente, ao adentrar à sala, Lucas deixou a capa azul. A tirou, como se pudesse, enfim, ser ele mesmo. O profissional apontou para tal atitude e Lucas verbalizou: “é, o super-herói ficou lá fora. Ele tem que proteger o Enzo”. De fato, Lucas sempre se mostrou muito preocupado e cuidadoso com o irmão, responsabilizando-se, muitas vezes, por ele. (Trechos da narrativa ficcional)

Quando uma pessoa está diante de uma situação de perigo, real ou imaginária, o organismo se mantém pronto para uma reação e produz reações fisiológicas, emocionais e comportamentais, como se a criança precisasse estar alerta a todo momento, preparando-se para algo ruim que pode acontecer; neste caso, o abuso (Oliveira, 2001). Neste sentido, existem indicativos de que, quando um dos irmãos percebe que o outro está em perigo, o primeiro passa a protegê-lo em excesso (Cantelmo, Matta, Fortunato & Paiva, 2010), possivelmente por meio de uma tentativa de compensação ao identificar, de acordo com os seus recursos, a violência e não conseguir interrompê-la.

Deixando a capa do lado de fora: um outro herói pode me ajudar

A partir de um clima facilitador e desprovido de ameaças, Lucas sentiu segurança na relação com o psicólogo, abrindo-se experiencialmente. Essa abertura à própria experiência foi resultado de um processo de suporte e de disponibilidade emocional presente na relação intersubjetiva, no qual a criança pôde deixar “sua capa azul”, suas fachadas e defesas psicológicas, ao vivenciar uma forma de interação capaz de facilitar a manifestação da tendência atualizante. Os trechos abaixo evidenciam essa experiência:

No entanto, surpreendentemente, ao adentrar à sala, Lucas deixou a capa azul. A tirou, como se pudesse, enfim, ser ele mesmo. O profissional apontou para tal atitude e Lucas verbalizou: “é, o super-herói ficou lá fora. (Trecho da narrativa ficcional)

Ao sair da sala, Lucas vestiu a capa azul e encontrou uma das profissionais da instituição no corredor, a qual perguntou, despreziosamente, sobre o que estavam conversando. Ele prontamente, respondeu: “a gente tava conversando sobre super-heróis e vilões”, correndo com a capa ao vento. Esta, por sua vez, parecia voar mais facilmente agora. (Trecho da narrativa ficcional)

A relação buscou, dessa forma, reconstituir a fluidez experiencial da criança e o resgate de seu funcionamento pleno, de forma que Lucas conseguiu significar suas vivências de maneira criativa e saudável, integrando suas experiências, em alguma medida, à estrutura do eu (Rogers, 1961/2009). Neste sentido, as atitudes psicológicas de congruência, aceitação positiva incondicional e compreensão empática mostraram-se necessárias e suficientes para desenvolverem-se em uma direção positiva (Rogers, 2008).

Rogers e Kinget (1977) discorrem sobre experiências críticas, em que uma experiência que não está de acordo com o eu é corretamente simbolizada, levando a um estado de desorganização psíquica. É importante ressaltar que nem todos os casos de abuso sexual podem levar a essa desorganização, mas, caso a experiência seja revelada de forma abrupta, isso poderá acontecer. Além disso, a desorganização psíquica pode acontecer em níveis diferentes, desde a contradição entre os comportamentos até quadros

psicopatológicos graves, como o Transtorno de Estresse Pós-Traumático, por exemplo. Nas situações de abuso sexual, independentemente do nível de desorganização, de acordo com a perspectiva centrada no cliente, entende-se que o ser humano tem a tendência para crescer e buscar caminhos para o crescimento e desenvolvimento humano.

A atitude de consideração positiva incondicional e a compreensão empática por parte do psicólogo contribuem para que as experiências antes consideradas ameaçadoras possam ser simbolizadas corretamente e integradas à estrutura do eu (Rogers & Kinget, 1977).

Nesse sentido, não há determinismos nem situações estáticas e definidoras na vida dos sujeitos; o que nos leva a pensar que acontecimentos e dinâmicas, presentes na infância, não necessariamente irão determinar o que será do sujeito para o resto de sua vida. O sujeito vive no mundo no momento presente, e por mais que seu passado se arraste até os dias atuais, marcas e cicatrizes bastante presentes, as experiências do agora e as futuras podem ser diferentes e renovadoras (Mello & Dutra, 2008, p. 45)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou compreender o desenvolvimento da personalidade de crianças que vivenciaram abuso sexual na infância à luz da Teoria da Personalidade de Carl Rogers, psicólogo norte-americano que desenvolveu a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP). Em suma, tendo como referencial o desenvolvimento da personalidade humana a partir dessa abordagem (Rogers & Kinget, 1977), pode-se dizer que a criança já possui uma tendência inata para atualizar suas potencialidades, cujas experiências são avaliadas constantemente, a partir do referencial dessa tendência atualizante. Nesse sentido, a partir de seus critérios internos, a criança percebe as experiências como favoráveis ou contrárias à preservação e valorização de seu eu. Organiza-se, desse modo, através de um processo de busca/aproximação e de afastamento, guiando-se por meio do sistema inato de motivação do seu organismo, guiado pela tendência atualizante e de um sistema inato de controle, conhecido como avaliação organísmica.

Nosso mundo experiencial transforma-se na medida em que relações cotidianas se constituem e são simbolizadas, do nascimento à morte, a partir dos contextos relacionais e do tipo de clima psicológico que os caracteriza. Partindo dessa perspectiva, só é possível descrever, compreender e interpretar os impactos do abuso sexual infantil para cada pessoa a depender da qualidade das relações interpessoais que ela vivenciou e que vivenciará na sua história de vida (Rogers, 1961/2009).

É certo que haverá atravessamentos significativos no desenvolvimento da personalidade frente à gravidade das violências, caracterizados, sobretudo, por experiências de sofrimento, dor e culpa (Mello & Dutra, 2008). No entanto, se essa pessoa vivenciar relações facilitadoras e desprovidas de ameaças, poderá utilizar dessas relações para crescer, mudar e se desenvolver numa direção positiva (Rogers, 2009), resignificando as experiências vividas, isto é, atribuindo novos sentidos às experiências passadas, presentes e apontar novos rumos àquelas que estão por vir (Mello & Dutra, 2008).

É justamente neste contexto que se destaca a importância da psicoterapia, “que poderá ajudar a criança a resignificar o acontecimento, recuperar experiências perdidas e retomar seu desenvolvimento emocional” (Medeiros, 2013, p. 56). A ACP, neste sentido, constitui-se enquanto uma abordagem importante nos casos de abuso sexual, uma vez que adota uma concepção de homem capaz e criativo, confiando no seu crescimento e desenvolvimento, a despeito de situações que fogem do esperado para um desenvolvimento

saudável. Além disso, “o seu arcabouço teórico e prático pode propiciar o desenvolvimento de reflexões e manejos das questões relativas à violência sexual, permitindo, assim, às crianças vitimizadas, um suporte psíquico e uma gama de novas possibilidades para a sua existência” (Mello & Dutra, 2008, p. 46).

Concluiu-se que situações de violência geram impactos significativos no desenvolvimento da personalidade, no entanto, relações facilitadoras e desprovidas de ameaças podem facilitar a ressignificação das experiências vividas e a retomada do desenvolvimento emocional. Ressalta-se que este estudo reflete uma maneira de compreender a experiência vivida por crianças vítimas de abuso sexual à luz da ACP e não se trata de uma conclusão estática e final a respeito do fenômeno. Desse modo, torna-se imprescindível que outras pesquisas sejam realizadas para ampliar o conhecimento e o desenvolvimento dessa compreensão, ressaltando outros aspectos, como a experiência vivida por mães de crianças abusadas, dos(as) autores(as) de violência e pessoas adultas que passaram por isso na infância ou adolescência. Além disso, os pesquisadores orientados pela Abordagem Centrada na Pessoa também podem ser colaboradores na construção de novos conhecimentos em relação ao abuso sexual e o papel do psicólogo diante deste fenômeno.

REFERÊNCIAS

- Borges, J. L., & DellAglio, D. D. (2008). Abuso sexual infantil: indicadores de risco e conseqüências no desenvolvimento de crianças. *Interamerican Journal of Psychology*, 42(3), 528-536. Recuperado em 17 de outubro de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000300013
- Brasil. (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília. Recuperado em 17 de outubro de 2022, de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf
- Brasil. (2016). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. Recuperado em 18 de março de 2024, de <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Cantelmo, C.A., Matta, K. W. da, Fortunato, L. & Paiva, K. P. (2010). Vitimização secundária: O irmão testemunha o abuso sexual da irmã. *Boletim de Psicologia*, 60(132), 15-28. Recuperado em 17 de outubro de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432010000100003&lng=pt&tlng=pt
- Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. (2013). *Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes*. Recuperado em 17 de outubro de 2022, de https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf
- Cunha, G. G., & Dutra, E. M. S. (2019). Um olhar fenomenológico para mães de crianças vítimas de abuso sexual: uma revisão de literatura. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 25(1), 103-110. <http://dx.doi.org/10.18065/RAG.2019v25.10>
- Cruz, M. A. da, Gomes, N. P., Campos, L. M., Estrela, F. M., Whitaker, M. C. O., & Lírio, J. G. dos S. (2021). Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(4), 1369-1380. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.02862019>
- Davidson, L. (2003). *Living outside mental illness: Qualitative studies of recovery in schizophrenia*. New York: New York University Press.

- Faiman, C. J. S. (2003). Incesto e desenvolvimento humano: considerações a partir de uma abordagem psicanalítica (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 16 de setembro de 2022, de https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-09032018-154404/publico/faiman_me.pdf
- Florentino, B. R. B. (2015). As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal : Revista de Psicologia [online]*, 27(2), 139-144. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/805>
- Fornari, L. F., Sakata-So, K. N., Egry, E. Y., & Fonseca, R. M. G. S. da. (2018). Gender and generation perspectives in the narratives of sexually abused women in childhood. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 26, 1-8. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.2771.3078>
- Gonçalves, J., & Silva, J. V. A. (2018). Terapia Cognitivo-Comportamental em situação de Abuso Sexual: um Estudo de Caso. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 7(3), 423–432. doi: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rps.v7i3.1869>
- Gulassa, M. L. C. R. (2010). *Novos rumos do acolhimento institucional*. São Paulo: Neca Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas Sobre A Criança e O Adolescente. Recuperado em 17 de outubro de 2022, de <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/novos%20rumos%20do%20acolhimento.pdf>
- Habigzang, L. F. (2006). Avaliação e intervenção psicológica para meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperado em 16 de setembro de 2022, de <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7145/000539806.pdf?sequence=1&locale-attribute=es>
- Habigzang, L. F., Corte, F. D., Hatzenberger, R., Stroehrer, F., & Koller, S. H. (2008). Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 21(2). <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000200021>
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Stroehrer, F. H., Hatzenberger, R., Cunha, R. C., & Ramos, M. da S. (2008). Entrevista clínica com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 13, 285–292. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2008000300011>
- Inoue, S. R. V. (2007). Violência Sexual Contra a Criança: Significações e Estratégias de Enfrentamento Adotadas Pelas Mães (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Bahia. Recuperado em 02 de novembro de 2022, de https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/silvia_viodres.pdf
- Lira, M. O. de S. C. e, Rodrigues, V. P., Rodrigues, A. D., Couto, T. M., Gomes, N. P., & Diniz, N. M. F. (2017). Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 26(3), 1-8. <https://doi.org/10.1590/0104-07072017000080016>
- Malgarim, B. G., & Benetti, S. P. da C. (2010). O abuso sexual no contexto psicanalítico: das fantasias edípicas do incesto. *Aletheia*, (33), 123–137. Recuperado em 16 de setembro de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-039420100003000
- Medeiros, A. P. (2013). O abuso sexual infantil e a comunicação terapêutica: um estudo de caso. *Pensando famílias*, 17(1), 54-62. Recuperado em 17 de outubro de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100006&lng=pt&tlng=pt
- Mello, L. C. A., & Dutra, E. (2008). Abuso sexual contra crianças: em busca de uma compreensão centrada na pessoa. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 14(1), 39-47. Recuperado em 02 de novembro de 2022, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672008000100007&lng=pt&tlng=pt

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2021). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes – Abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional*. Recuperado em 21 de agosto de 2022, de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. (2015). *Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento*. Recuperado em 21 de agosto de 2022, de https://www.cnmmp.mp.br/portal/images/acao_nacional/ANF/20160527_ANF_CIJE_Combate_ao_Abuso_e_Explora%C3%A7%C3%A3o_Sexual_Infantil.pdf

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2022). *Painel de dados da ouvidoria nacional de direitos humanos*. Recuperado em 21 de agosto de 2022, de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2021>

Oliveira, M. A. D. (2001). *Neurofisiologia do Comportamento*. Canoas: Ed. Ulbra.

Platt, V. B., Back, I. de C., Hauschild, D. B., & Guedert, J. M. (2018). Sexual violence against children: authors, victims and consequences. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23, 1019-1031. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>

Porcino, J. M. A., Dantas, A. M. M., Oliveira, T. H. A., Pereira, V. A. J., & Caiana, R. A. (2019). Abuso Sexual na infância e adolescência e terror noturno: uma revisão sistemática da literatura brasileira. *Journal of Medicine and Health Promotion*, 4(1), 1096-1100. Recuperado em 17 de outubro de 2022, de <https://jmhp.fiponline.edu.br/pdf/cliente=13-a9001f31445d26bfac6c3fcab0437b27.pdf>

Pulverman, C. S., Kilimnik, C. D., & Meston, C. M. (2018). The impact of childhood sexual abuse on women's sexual health: a comprehensive review. *Sexual Medicine Reviews*, 6(2), 188-200. <https://doi.org/10.1016/j.sxmr.2017.12.002>

Hailles, H. P., Yu, R., Danese, A., & Fazel, S. (2019). Long-term outcomes of childhood sexual abuse: an umbrella review. *The Lancet Psychiatry*, 6(10), 830-839. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(19\)30286-X](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(19)30286-X)

Reigota, M. (1999). *Ecologistas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Rogers, C. R., & Kinget, M. K. (1977). *Psicoterapia e Relações Humanas. Teoria e Prática da Terapia Não-Diretiva*. (2a ed., vol. 1). Belo Horizonte: Interlivros. (Original publicado em 1959).

Rogers, C. R. (2009). *Tornar-se Pessoa* (6a ed.). Brasil: WMF Martins Fontes. (Original publicado em 1961).

Rogers, C. R. (2018). *Um Jeito de Ser*. São Paulo: EPU. (Original publicado em 1980).

Sanderson, C. (2005). *Abuso Sexual em Crianças*. São Paulo: M. Brooks do Brasil Editora Ltda.

Schaefer, L. S., Rossetto, S., & Kristensen, C. H. (2012). Perícia psicológica no abuso sexual de crianças e adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28, 227-234. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000200011>

Schneider, J. A., & Habigzang, L. F. (2016). Aplicação do Programa Cognitivo-Comportamental Superar para atendimento individual de meninas vítimas de violência sexual: estudos de caso. *Avances En Psicología Latinoamericana*, 34(3), 543-556. <https://doi.org/10.12804/apl34.3.2016.08>

Tostes, G. W., & Cury, V. E. (2021). Intervenção Psicológica em Crise Psicótica: uma abordagem centrada na pessoa. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 38, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202138e200106>



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY. Esta licença permite que outros distribuam, remi-xem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribua o devido crédito pela criação original.

Recebido: 09/2023

Aceito: 03/2024